

Portal da CUT

Metalúrgicos do Rio Grande do Sul lançam campanha salarial com marcha em Porto Alegre 16/04/2014

Trabalhadores entregaram pauta para o governador e homenagearam vítimas do golpe militar

Escrito por: Renata Machado/CUT-RS

Mais de 700 metalúrgicos de todas as regiões do Estado lotaram as ruas de Porto Alegre na marcha de lançamento da Campanha Salarial 2014, na manhã desta terça-feira, 15. A caminhada iniciou por volta das 10h na praça Pinheiro Machado, na avenida Farrapos, e encerrou em frente ao Palácio Piratini, com um almoço no começo da tarde.

Durante todo o trajeto, os trabalhadores salientavam que a reivindicação não é só por melhores salários, mas pela garantia e conquista de direitos e continuidade de um projeto de desenvolvimento do país. O slogan da campanha deste ano é "Lutamos para ganhar este jogo".

Audiência com o governador

Uma comissão dos metalúrgicos foi recebida pelo governador Tarso Genro, no Palácio Piratini. Um documento com as reivindicações da categoria foi entregue ao governador, o pedido central foi o encaminhamento de projeto à Assembleia Legislativa, negociado com as entidades sindicais, para a instituição de uma política de valorização permanente do salário mínimo regional.

"Nos quatro anos do governo Tarso o mínimo obteve aumento real de 12,75%. É hoje uma referência positiva para a economia do Rio Grande do Sul", disse o presidente da FTM/RS, Jairo Carneiro.

Após, no carro de som, Tarso enfatizou aos metalúrgicos a importância da valorização do mínimo regional. "O desenvolvimento de um Estado, do seu Produto Interno Bruto e da sua indústria não pode ser mais um elemento de concentração de renda e poder. Esse desenvolvimento tem que ser distribuído socialmente. E como é que ele se distribui socialmente? É tendo a recuperação do salário mínimo como uma meta permanente de governo", garantiu.

Saúde do trabalhador

Porém, além da valorização do salário, a qualidade no ambiente de trabalho que valorize a saúde do trabalhador é pauta prioritária para os metalúrgicos gaúchos.

Carneiro citou o Projeto de Lei 111/2012, do deputado estadual Nelsinho Metalúrgico (PT), que busca promover a saúde no local de trabalho e a prevenção de acidentes, através de entidades e órgãos ligados ao Poder Públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

"Não podemos esquecer que 28 de abril é Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho, quem sabe o nosso parlamento dá esse presente aos trabalhadores, votando e aprovando o PL", propôs ele.

Homenagem

Para demarcar os 50 anos do golpe militar, completados no início deste mês, a FTM/RS prestou uma homenagem aos deputados Raul Pont (PT) e Raul Carrion (PCdoB). O presidente da Federação lembrou companheiros que foram presos, torturados e mortos durante a ditadura.

"Os sindicatos sofriam intervenções do Estado, os trabalhadores eram presos dentro das fábricas, não podíamos lutar por nossos direitos como fazemos hoje. Por isso homenageamos esses dois deputados que são grandes lutadores na defesa da democracia", declarou Carneiro.

Os parlamentares relataram acontecimentos do período do regime militar e destacaram a importância das organizações sindicais para a manutenção da democracia.

Unidade da categoria

Por último, os representantes das diversas regiões dos RS se manifestaram. Todos destacaram a unidade da classe metalúrgica gaúcha e a necessidade de uma campanha salarial bem sucedida não só para beneficiar o trabalhador, mas como mecanismo de distribuição de renda.

O diretor da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), Loricardo de Oliveira, acredita que a campanha salarial da categoria começa agora, mas só encerra no mês de outubro, com a disputa de um projeto para a sociedade.

"Nossa campanha não irá terminar com os acordos coletivos, permaneceremos nas ruas até outubro, para lutar pela sociedade que queremos, com distribuição de renda e valorização do trabalho", defendeu.

Já o presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo, destacou a participação dos metalúrgicos nas atividades da classe trabalhadora. "Muitos dos que estão aqui hoje, viajaram a noite inteira, outros estavam em São Paulo na marcha do dia 09 de abril. Sem dúvida, os metalúrgicos são grandes lutadores e enchem de orgulho os trabalhadores brasileiros", falou.

Nespolo também falou sobre o Plebiscito Popular pela Reforma Política como forma de aprofundar a democracia. "Estamos fazendo lutas importantes pela redução da jornada, pelo fim do

fator previdenciário e contra a terceirização. É mais fácil lutar quando há mais emprego e a Reforma Política vem para favorecer os trabalhadores, fortalecendo a democracia”, finalizou.

Representantes dos 28 sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do RS (FTM/RS) participaram da atividade.

Portal da CUT

Itaú é condenado em R\$ 21 mi por reduzir férias e suprimir intervalos de trabalhadores 16/04/2014

De acordo com juíza, banco descumpre as normas básicas que garantem a saúde dos trabalhadores e deixa para a Previdência Social os encargos decorrentes das doenças ocupacionais

Escrito por: MPT

A 5ª Vara da Justiça do Trabalho de Florianópolis condenou o Itaú Unibanco a indenização por dano moral coletivo de R\$ 21,88 milhões por não permitir que empregados tirassem 30 dias de férias, exigir horas extras em número superior ao limite legal e suprimir intervalos. Os valores devem ser revertidos a um fundo gerido por um conselho estadual ou pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Da decisão cabe recurso.

A sentença da juíza Rosana Basilone Leite Furlani, julgou procedente, em parte, os pedidos da ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), após denúncias de funcionários de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A decisão condena a empresa a permitir expressamente aos empregados tirar 30 dias de férias, impedindo a indução da conversão de dez dias em abono por meio de formulário previamente preenchido. Também obriga o banco a se abster de prorrogar a jornada diária para além de duas horas extras e a respeitar o intervalo mínimo legal para descanso.

Na decisão, a juíza afirma que “não pode o empregador reduzir o direito a férias anuais do empregado, de trinta dias para vinte, assim como não pode compelir o empregado a vender dez dias de suas férias anuais. Somente ao empregado é facultada a conversão de dez dias de férias em abono pecuniário”.

Em depoimentos à Justiça, empregados confirmaram as irregularidades cometidas pela empresa. “Ninguém na agência podia tirar 30 dias de férias, e sempre vinha uma cartinha pronta com os 20 dias, para vender 10 e tínhamos que assinar”, disse um dos depoentes. “Os recibos de férias referentes a empregados de todo o estado de Santa Catarina comprovam a conversão de dez dias de férias em abono. Não se trata, assim, de prática isolada em algumas agências do réu, mas sim em todas as agências destes Estados”, explica a decisão.

De acordo com a Justiça, verificaram-se jornadas de trabalho das 8h às 19h ou mais, com intervalo de 20 minutos a uma hora. A jornada legal dos bancários é de seis horas, com 15 minutos de intervalo. Segundo o processo, para se esquivar da norma, a empresa concedia aos empregados o título de “gerente”, o que diferenciaria a sua jornada. Contudo, os trabalhadores não contavam com poderes gerenciais nas agências.

De acordo com a juíza, “o réu descumpre as normas básicas laborais que garantem a saúde dos trabalhadores. Infringe o direito social à saúde, deixando à Previdência Social os encargos decorrentes das doenças ocupacionais (salários dos trabalhadores que restam incapacitados, pelos períodos de afastamento superiores a 15 dias, tratamentos, cirurgias, consultas, medicamentos; dificuldades posteriores de ocupação laboral dos empregados adoecidos) e retendo para si os lucros obtidos, assim privatizando os lucros e socializando os prejuízos”.

Portal da CUT

CUT emite nota pública sobre movimento dos policiais civis e militares da Bahia 16/04/2014

Entidade defende o direito legítimo de luta dos trabalhadores e aponta a necessidade de avançar no diálogo e de garantir a segurança da população

Escrito por: CUT-BA

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, que está na Bahia, assinou uma nota pública da entidade, juntamente com o presidente estadual Cedro Silva, sobre a greve dos policiais militares que teve início nesta terça, 15 e a paralisação da polícia civil desta quarta, 16. Vagner defende a mobilização dos trabalhadores, enquanto aponta a necessidade de avançar no diálogo e de garantir a segurança da população. Ele coloca a CUT à disposição do governo do estado e dos trabalhadores para mediar os entraves nas negociações que estão em curso.

Nota pública sobre a greve dos policiais militares

Diante dos últimos acontecimentos relacionados à Segurança Pública no estado da Bahia, com o início de uma greve por tempo indeterminado dos policiais militares, no dia 15 de abril e a paralisação de 24 horas dos policiais civis no dia 16, a Central Única dos Trabalhadores da Bahia

vem a público manifestar solidariedade aos trabalhadores e defender a greve enquanto instrumento legítimo de luta, ao tempo em que aponta a necessidade premente de garantir a segurança da população.

A CUT se coloca à disposição dos trabalhadores e do governo do estado para mediar o processo de negociação que está em curso. A Central propõe que o governo apresente propostas que possibilitem o avanço das negociações e que garantam melhores condições de vida e de trabalho para esse segmento.

O trabalho na área de Segurança Pública é de extrema importância para a sociedade e defendemos a valorização desses servidores. Por fim, a CUT reafirma seus princípios de autonomia e combatividade, em defesa de uma sociedade mais justa e mais humana.

Central Única dos Trabalhadores

Vagner Freitas

Presidente Nacional da CUT

Cedro Silva

Presidente da CUT-BA

Portal da CUT

Moção de repúdio ao Governo do Estado de Santa Catarina

16/04/2014

Direção Nacional da CUT critica exclusão do SINTESPE nas negociações sobre greve

Escrito por: Direção Nacional da CUT

A Direção Nacional CUT reunida nos dias 07 e 08 de Abril de 2014 aprovou por unanimidade seu REPÚDIO ao Governo do Estado de Santa Catarina, pela não aceitação da presença do SINTESPE, entidade que representa a categoria, em reuniões convocadas pelo Governo com os vários segmentos em greve para tratar de propostas relacionadas à paralisação, e por se negar a cumprir a lei da data-base (lei estadual nº15695/2011), que prevê a reposição das perdas decorrentes da inflação em 2012 e 2013 nos vencimentos dos servidores.

A Direção Nacional da CUT também repudia o papel exercido pelo Poder Judiciário, que criminaliza e desenvolve práticas antissindicais passíveis de denúncia na OIT – Organização Internacional do Trabalho, uma vez que a Justiça Estadual, sem dar tempo ao julgamento de recurso e agravo do SINTESPE, nas ações judiciais movidas pelo Governo contra a Greve dos servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania e do Instituto de Metrologia de SC (IMETRO-SC), decidiu bloquear as contas bancárias da entidade. Além disso, ameaça, via Procuradoria Geral do Estado, solicitar a Justiça Estadual, a destituição dos dirigentes do SINTESPE, eleitos democraticamente.

Entendemos que a greve no serviço público estadual, além de ser legal, é legítima, pois a Direção do SINTESPE cumpre todas as medidas determinadas pela Lei de Greve (Lei nº 7783/89), entre elas a orientação de manutenção dos 30% de efetivo nos sistemas penitenciário e socioeducativo, considerados serviços essenciais, e ressaltamos que os dirigentes do SINTESPE estão atuando no cumprimento das atribuições para as quais foram eleitos: representar a categoria e coordenar as ações sindicais na reivindicação dos direitos a que lhes são devidos. Dessa forma, reiteramos a solicitação da CUT-SC de uma audiência com o Governador o mais breve possível, a fim de buscar as condições que viabilizem a solução para esse impasse.

Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores

São Paulo, 8 de abril de 2014

Portal Mundo Sindical

CUT e centrais sindicais realizam 1º de Maio Unificado em 2014

O Dia Internacional do Trabalhador 2014 será comemorado no Vale do Anhangabaú com um grande evento preparado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e pela Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Com o tema Comunicação: O Desafio do Século, as atividades terão início às 10h e se estenderão até por volta das 20h, no Vale do Anhangabaú, centro da capital, com atos político e inter-religioso, apresentação teatral e shows com artistas como Belo, Paula Fernandes, Leci Brandão, Pixote, Michel Teló e Péricles, entre outros.

“O dia 1º de Maio é a data mais importante da classe trabalhadora. Mais que comemorar as conquistas, é um momento para refletirmos sobre os próximos desafios e a união das centrais significa força e disposição para enfrentarmos esses desafios”, afirmou o presidente da CUT São Paulo (CUT/SP), Adi dos Santos Lima.

Para o dirigente, a escolha do tema comunicação veio da necessidade de se aprofundar o debate sobre o assunto. “Precisamos intensificar a luta pela comunicação como um direito humano,

garantido pela Constituição Federal, e pela necessidade urgente da democratização da mídia para garantir a pluralidade de idéias e a consolidação da democracia no Brasil”.

Como acontece há cinco anos consecutivos, as comemorações do Dia do Trabalhador/a organizadas pela CUT vão além do evento do dia 1º de Maio. Iniciadas em março, as atividades, todas ligadas ao tema central, envolvem a realização de oficinas, seminário internacional, concurso de fotografia, torneio de futsal e, este ano, a comemoração dos 30 anos de fundação da CUT São Paulo, a serem completados em 29 de abril.

Oficinas regionais – Foram realizados debates em todas as 19 Subsedes da CUT/SP espalhadas pelo estado, incluindo a capital, no período de 13 de março a 17 de abril. As discussões destacaram O Novo Marco Regulatório para a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil; Internet: Marco Civil e as Redes Sociais; e Estratégias de Comunicação e Experiências do Movimento Sindical.

Seminário internacional – No dia 28 de abril (segunda-feira), ocorre o Seminário Sindical Internacional no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (Rua João Basso nº 231, Centro - São Bernardo do Campo), que contará com a presença de representantes internacionais e nacionais, além de representantes da Executiva da CUT Nacional e Estadual. Entre os nomes confirmados estão Franklin Martins, ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; o deputado federal Alessandro Molon (PT); Catalina Botero Marino, relatora especial para Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Pablo Capilé, do coletivo Fora do Eixo.

Em três mesas, os participantes debaterão o novo marco regulatório e marco civil da internet, além de narrativas independentes sobre jornalismo e ações de comunicação. O evento é reservado a dirigentes sindicais e convidados.

Concurso de fotografia – A primeira atividade da programação foi o lançamento do Concurso de Fotografia Prof. Carlos Ramiro, com o tema Trabalho Decente. Os autores das três melhores fotos, nas categorias amador e profissional, serão anunciados no dia 29 de abril (quarta), durante evento de comemoração dos 30 anos da CUT São Paulo. (veja a seguir). No mesmo dia, será inaugurada exposição com os 20 trabalhos (10 de cada categoria) mais votados pelos internautas.

Torneio de Futsal – Bancários, químicos, servidores, petroleiros e calçadistas são algumas das categorias que disputam as últimas etapas da fase regional do Torneio de Futsal Prof. Carlos Ramiro – denominação em homenagem ao ex-professor e ex-dirigente da CUT/SP, que faleceu em setembro de 2013. Iniciada em março, em parceria com o SESI, a competição terá sua final no dia 27 de abril (domingo), a partir das 8h, no Ceret Tatuapé (Rua Canuto de Abreu, s/nº), com show do Grupo Nuwance.

Aniversário da CUT São Paulo – No dia 29 de abril (quarta), a CUT/SP completa 30 anos de fundação e a data será comemorada com um evento, a partir das 18h, no Sindicato dos Químicos de São Paulo, mesmo local onde funcionou sua primeira sede. Além do encerramento do Concurso de Fotografia e inauguração da exposição, serão prestadas homenagens aos ex-presidentes da Central. O Sindicato dos Químicos de SP fica na Rua Tamandaré, 348, Liberdade.

Dia do Trabalhador – O Vale do Anhangabaú será o palco de diversas atrações no dia 1º de Maio (quinta), a partir das 10h, com um ato inter-religioso, seguido de espetáculo teatral contando a história da comunicação no Brasil. Às 16h haverá ato político-social das Centrais Sindicais CUT, CTB e CSB e, várias atrações musicais como Sampa Crew, Art Popular, Leci Brandão, Maria Cecília & Rodolfo, Pixote, Paula Fernandes, Michel Teló, Belo e Péricles & Banda.

As comemorações também ocorrerão na zona sul paulistana, no Parque das Árvores (Avenida do Arvoreiro, altura do nº 395), em Cidade Dutra, com prestação de diversos serviços de saúde, beleza e cidadania à população, além de parque infantil, contação de histórias e cinema. No palco, entre outras atrações, estarão a banda de reggae Ponto de Equilíbrio, a cantora Paula Lima e o rapper GOG.

Hot site – os detalhes da programação e outras informações estão disponíveis no hot site www.1demaiocutsaopaulo.com.br

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES (RESUMO)

27/04, a partir das 8h – Final do Torneio de Futsal Prof. Carlos Ramiro Ceret Tatuapé - Rua Canuto de Abreu, s/nº - Tatuapé – São Paulo/SP

28/04, a partir das 8h – Seminário Sindical Internacional “Comunicação: O Desafio do Século” Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - Rua João Basso nº 231, Centro - São Bernardo do Campo/SP

29/04, às 19h – Aniversário da CUT São Paulo e entrega do prêmio aos ganhadores do 1º Concurso Fotográfico Prof. Carlos Ramiro Sindicato dos Químicos de São Paulo - Rua Tamandaré, 348, Liberdade – São Paulo/SP

1º de Maio 10h às 20h – Comemoração do Dia do Trabalhador (a) da CUT, CSB E CTB Vale do Anhangabaú, região central da capital paulista (Metrô Anhangabaú e São Bento)

A partir das 9h – Comemoração do Dia do Trabalhador (a) na Zona Sul Parque das Árvores - Avenida do Arvoreiro, altura do nº 395 -- Cidade Dutra – São Paulo/SP
Fonte: Maria Helena Domingues - CUT São Paulo - 16/04/2014

Portal da Força Sindical

JBS Friboi é condenada no Acre a multa de R\$ 2,5 milhões por más condições de trabalho

O Globo

RIO - A Justiça do Trabalho do Acre condenou o frigorífico JBS Friboi, líder mundial em processamento de carne bovina, a pagar multa de R\$ 2,5 milhões por manter funcionários trabalhando em condições precárias. Segundo o Ministério Público do Trabalho do estado (MPT-AC), a falta de equipamentos de segurança adequados e de higiene levou a companhia a registrar, em dois anos, 39 acidentes de trabalho.

Procurada, a empresa ainda não se manifestou, nem informou se vai recorrer da decisão.

Além da condenação milionária por dano moral coletivo, a 1ª Vara do Trabalho de Rio Branco estabeleceu 16 obrigações à empresa, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil por cada exigência descumprida. Entre as obrigações estão fornecer gratuitamente equipamentos de proteção individual necessário ao trabalho; disponibilizar armários individuais para a guarda dos pertences dos trabalhadores e adequar as condições sanitárias dos banheiros utilizados pelos empregados, conforme comunicado divulgado pelo MPT-AC.

O órgão informou que os valores a serem pagos pela JBS serão revertidos para o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) em Rio Branco. A Justiça do Trabalho determinou aos cartórios de registros de imóveis da capital acriana e outras localidades do estado o bloqueio dos bens da empresa até o limite exigido pela condenação.

Portal da UGT

A UGT e a Terceirização

13/01/2014

Resoluções do 2º Congresso Nacional Ordinário da União Geral dos Trabalhadores (UGT), aprovadas em 16 de julho de 2011.

Páginas: 95-96 e 97

13.5 A UGT e a Terceirização

Trata-se de tema controverso e que tem encontrado apoio para discussão e elaboração de um texto, mas sem força suficiente para encaminhar sua votação. O importante é garantir trabalho e renda, mas sem precarizar. Porém, é preciso entender que a atividade terceirizada é um fato nas relações trabalhistas, mas que precisa ser regulada como forma de dar garantias às partes, trabalhadores e empregadores. A insegurança jurídica prejudica também o trabalhador. O que não pode é uma atividade produtiva ser interpretada por juízes como reza a sumula 331 do TST, o que ao invés de levar segurança, atua exatamente no sentido contrário.

A UGT tem atuado ativamente em todos os fóruns que procuram discutir a terceirização bem como formatar uma lei que tenha consenso entre os trabalhadores. O que temos hoje acerca do tema é o seguinte: três projetos de Lei em andamento e mais um apresentado pela Casa Civil da Presidência que foi objeto de trabalho e consenso entre as Centrais Sindicais. Para acrescentar à discussão parlamentar, foi criada uma subcomissão na Câmara Federal para avaliar e fornecer sugestões acerca dos projetos de lei apresentados. Vai ser mais um fórum que devemos atuar. Também foi criada a Frente Parlamentar de Serviços. Ou seja, temos procurado fortalecer uma área que só cresce que é o setor de serviços. Hoje a situação que temos em termos de propostas são as seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 4.302/1998 (Poder Executivo)

Dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário na empresa de prestação de serviços a terceiros, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 4.330/2004 (Dep. Sandro Mabel)

Dispõe sobre o contrato de prestação de serviços a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes.

PROJETO DE LEI Nº 1.621/2007 (Dep. Vicentinho)

Dispõe sobre as relações de trabalho em atos de terceirização e na prestação de serviços a terceiros no setor privado e nas sociedades de economia mista.

Existem algumas emendas e outros projetos que não avançam.

Entendendo a importância e complexidade do assunto, a UGT tem conduzido à discussão da forma mais ampla possível. Diante do exposto, é importante conhecer como tem sido nossa agenda acerca da aprovação de uma legislação específica:

Em abril de 2007, as centrais sindicais, estabeleceram, conjuntamente, a "AGENDA DOS TRABALHADORES PELO DESENVOLVIMENTO" que estabelece:

I – Elevar a formalização do mercado de trabalho brasileiro com a promoção do Trabalho Decente;

II – Combater a precarização do trabalho decorrente da terceirização, garantindo aos trabalhadores terceirizados o mesmo patamar de garantias sociais, trabalhistas e previdenciárias do conjunto dos trabalhadores e incentivem a prática efetiva da negociação.

Por ocasião da IV Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, em dezembro de 2007, as centrais sindicais reafirmaram que os atos de terceirização no Brasil devem orientar-se nas seguintes premissas:

- 1- Proibição da terceirização na atividade-fim;
- 2- Responsabilidade Solidária da empresa contratante;
- 3- Direito à informação prévia;
- 4- Igualdade de direitos e de condições de trabalho;
- 5- Penalidade às empresas infratoras.

Durante os debates sobre terceirização realizado em varias esferas com a participação de entidades patronais, especialmente as tomadoras de serviços, notou-se um claro posicionamento no seguinte sentido:

- Terceirização de quaisquer atividades;
- Responsabilidade subsidiária do contratante;
- Contrato sem limite de tempo;
- Contratos sempre através de pessoas jurídicas;
- Permissão de subcontratação (quarteirização);

A terceirização, por conseguinte, não pode ser sinônimo de precarização. Porém, ela é parte inexorável das mudanças sociais e econômicas no mundo e que refletem diretamente nas relações de trabalho. Cabe a nós sindicalistas estarmos presentes e acompanharmos ativamente estas transformações e assim defendermos os interesses dos trabalhadores.

Organizar com eficiência os trabalhadores terceirizados é buscar a clareza contratual entre as partes envolvidas. Aos trabalhadores terceirizados interessa salários dignos que tenham como contrapartida a execução de habilidades desenvolvidas especificamente para os serviços que lhes são exigidos.

Deve-se lutar para que neste Brasil cada vez mais globalizado se estabeleça uma terceirização que proteja e respeita os direitos de todos os trabalhadores, terceirizados ou não, e que dê segurança jurídica para quem contrata e oportunidade de mercado para as prestadoras.

No entanto, enquanto permanece o debate acerca de uma Lei que regule a atividade, é importante que nossos Sindicatos filiados se pautem pelas seguintes:

Propostas:

3.13.5.1. encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei negociado com as Centrais Sindicais de modo a regulamentar a terceirização visando com isso combater a precarização do trabalho oriunda desta prática;

3.13.5.2. estender aos trabalhadores terceirizados o mesmo patamar de garantias sociais, trabalhistas e previdenciárias do conjunto dos trabalhadores da tomadora, considerando os acordos e convenções coletivas mais benéficas;

3.13.5.3. estabelecer a responsabilidade solidária e independente de culpa à administração pública e privada contratante pelo não cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária;

3.13.5.4. proibir a terceirização da atividade principal;

3.13.5.5. Identificar os setores terceirizados em sua base;

3.13.5.6. Verificar se há a caracterização de terceirização ilegal, ou seja, intermediação de mão-de-obra;

3.13.5.7. Fiscalizar se a empresa está cumprindo com os direitos e obrigações trabalhistas;

3.13.5.8. Considerar ambiente de trabalho a soma de todos os trabalhadores (efetivos e terceiros) para fins de regulamentações sobre segurança e medicina do trabalho e outros benefícios coletivos de proteção ao trabalhador.

3.13.5.9. Negociar o mesmo patamar de direitos e condições de trabalho ou então a desterceirização;

3.13.5.10. Denunciar ao Ministério Público;

3.13.5.11. Ingressar com ação na Justiça do Trabalho;

3.13.5.12. Encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei negociado com as Centrais Sindicais de modo a regulamentar a terceirização visando com isso combater a precarização do trabalho oriunda desta prática;

3.13.5.13. Estender aos trabalhadores terceirizados o mesmo patamar de garantias sociais, trabalhistas e previdenciárias do conjunto dos trabalhadores da tomadora, considerando os acordos e convenções coletivas mais benéficas;

3.13.5.14. Estabelecer a responsabilidade solidária e independente de culpa à administração pública e privada contratante pelo não cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária;

3.13.5.15. Proibir a terceirização da atividade principal;

3.13.5.16. Para efeitos de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), devem ser considerados trabalhadores no mesmo ambiente de trabalho ao invés somente de empregados, isso porque quando num mesmo ambiente temos trabalhadores empregados e de terceiros, mas para efeito de Lei conta apenas os empregados da empresa principal.

Portal Gestão Sindical

Tolerância zero com trabalho escravo na cadeia do carvão vegetal

16/04/2014 por Instituto Ethos

Escrito por Jorge Abrahão*

O século 21 chegou e o Brasil ainda precisa lutar contra o trabalho análogo à escravidão em vários segmentos produtivos, tanto na área rural como na urbana. As iniciativas do governo e das empresas no combate ao trabalho escravo são apontadas como referência internacional tanto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como por entidades de direitos humanos. Mas ainda há muito que fazer.

Não custa lembrar que o “gatilho” para a mobilização empresarial atual começou por causa de uma reportagem publicada na revista do Instituto Observatório Social, que denunciava as condições degradantes de vida e o trabalho análogo à escravidão a que estão sujeitos centenas de milhares de brasileiros “perdidos” nas carvoarias do Norte do país. Essas carvoarias forneciam (e ainda fornecem) carvão vegetal para siderúrgicas em várias regiões do Brasil, as quais produzem o ferro-gusa que, na ponta da cadeia produtiva, vai abastecer boa parte da indústria automotiva do Sul-Sudeste do Brasil e também de vários países do mundo.

Ao tomar conhecimento da reportagem, o Instituto Ethos articulado com a OIT, o Ministério Público do Trabalho (MPT), a ONG Repórter Brasil e outras entidades, mobilizou as principais siderúrgicas brasileiras para conversar e desse diálogo surgiram algumas iniciativas importantes no país. Destacamos duas delas, que visam erradicar o trabalho escravo em todos os setores produtivos. A primeira é o Instituto Carvão Cidadão, lançado no Pará em 2004. Com o objetivo de promover a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores resgatados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, já conseguiu recolocar mais de cem pessoas nas próprias siderúrgicas.

A outra iniciativa a destacar é o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que foi criado em 2005 e tem atualmente quase 400 signatários, dentre os quais empresas que somam 30% do PIB nacional. Em razão da importância nacional e internacional desse pacto e do aumento do interesse das empresas em fazer parte dele, as organizações que compunham o seu Comitê Gestor decidiram pela criação de um novo instituto para dar conta dos desafios para combater o trabalho escravo. Assim, em novembro de 2013 foi lançado o InPacto – Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Um quinto da “lista suja”

No final de 2013, ao se atualizar o cadastro de empregadores feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a chamada “Lista Suja”, as carvoarias representavam um quinto das novas inclusões. Entre as violações típicas que caracterizam trabalho análogo à escravidão, os auditores do MTE registraram alojamento precário, jornadas exaustivas, indisponibilidade de água potável, péssimas condições de higiene, falta de registro em carteira de trabalho, exposição constante a gases tóxicos, fuligem e altas temperaturas dos fornos de queima da madeira e falta de equipamentos de proteção.

Com isso, os trabalhadores resgatados nas carvoarias não raro estão doentes, com desidratação, queimaduras, lesões musculares graves, hérnias e até cortes e fraturas, em caso de acidentes não atendidos.

Por esse motivo, o Instituto Ethos, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), a OIT, a WWF e a Fundación Avina organizaram em 2012 o Grupo de Trabalho para a Sustentabilidade da Produção de Carvão Vegetal de Uso Siderúrgico no Brasil (GT Carvão Sustentável), que é composto por organizações da sociedade civil e empresas e tem como objetivos:

Promover ações que incidam sobre os fatores críticos socioambientais da produção de ferro-gusa que utiliza carvão vegetal;

Influenciar o aperfeiçoamento e a criação de políticas públicas que promovam a sustentabilidade da cadeia produtiva do aço; e

Fortalecer o mercado nacional e exportador de ferro-gusa, promovendo a rastreabilidade dos insumos de base florestal e o aprimoramento das práticas empresariais do setor.

Para isso, construiu-se uma agenda de compromissos voluntários, bem como uma relação de princípios e critérios que devem nortear a produção de carvão vegetal no país, os quais devem ser assumidos pelas siderúrgicas e respectivas cadeias produtivas.

ProMoVe Carvão Sustentável

No último dia 7 de abril, o GT Carvão Sustentável lançou, em Campo Grande (MS), sua mais nova iniciativa: o ProMoVe Carvão Sustentável – Programa Modular de Verificação da Cadeia Produtiva do Carvão Vegetal para a Produção de Ferro-Gusa. O lançamento ocorreu na abertura da Semana Plantações de Nova Geração NPG Study Tour, evento promovido pelo WWF-Brasil, com apoio do WWF Internacional e da Fibria, em parceria com a Vetorial Siderurgia, o Grupo Mutum, o Diálogo Florestal, a Embrapa Gado de Corte e a Reflore.

O ProMoVe Carvão Sustentável é uma ferramenta para implementação gradual dos Princípios e Critérios do Carvão Sustentável, que garantem a origem do carvão vegetal com respeito a questões sociais e ambientais nas bases florestal e industrial, ao longo de toda a cadeia produtiva. O modelo de verificação adotado pelo ProMoVe é inspirado em programas modulares existentes em outros setores e difundidos mundialmente, cujo principal propósito é atingir níveis de sustentabilidade socioambiental de forma evolutiva ao longo dos anos.

Além da preocupação com questões relativas ao desmatamento, critérios relacionados aos direitos humanos e trabalhistas fazem parte do escopo observado e monitorado pela ferramenta. O ProMoVe materializa, de maneira inédita e inovadora, as propostas surgidas nas discussões entre os diversos setores visando contribuir para uma cadeia produtiva ambiental e socialmente mais justa e preparada para atender esse novo ciclo mercadológico.

O conjunto de princípios, critérios e indicadores de desempenho socioambiental foram divididos em quatro módulos, considerando-se ainda uma fase inicial para adequação. Para cada módulo, há um conjunto de critérios selecionados e o incremento de indicadores relacionados aos princípios observados.

Os três primeiros módulos preveem um tempo de permanência máxima em cada um, ao cabo do qual a empresa é afastada do programa. Apenas no último módulo, chamado de "Sustentabilidade Gold na Produção e Consumo do Carvão Vegetal", não há um período especificado para permanência, porque supõe-se que seja um estágio de melhoria constante, em que os principais desafios – como desmatamento e condições indignas de trabalho – já tenham sido superados.

Regras de participação/adesão

Serão aceitos no ProMoVe Carvão Sustentável produtores de ferro-gusa e unidades de produção de carvão vegetal. Também serão aceitos operadores florestais, que consistem em produtores de madeira e proprietários de florestas naturais ou plantações (florestas energéticas), que são utilizadas para abastecer a cadeia do carvão vegetal.

Para aderir ao ProMoVe, além de assinar o Termo de Adesão a empresa deverá apresentar sua base de suprimento de carvão vegetal ou madeira, por meio de demonstrativos de consumo mensal de carvão e rendimentos, volume anual de carvão adquirido e sua origem (lista de carvoarias fornecedoras) e o volume (mensal/anual) de carvão adquirido por carvoaria.

** Jorge Abrahão é diretor-presidente do Instituto Ethos.*

Portal da CUT

Marco Civil da Internet só será apreciado no Senado depois da Páscoa

16/04/2014

Votação pode ocorrer na véspera do NETmundial, evento no qual Dilma quer apresentar proposta de Marco Civil Global para a internet

Escrito por: Rede Brasil Atual

Apesar de ter ensaiado acordo entre governistas e oposição para levar a plenário o Marco Civil da Internet ainda nesta terça-feira (15), o Senado deverá votar o projeto apenas na próxima (22), após a realização da terceira e última audiência pública convocada por senadores para debater a "constituição da internet". O governo federal tem pressa pela aprovação: no próximo dia 24, em São Paulo, a presidenta Dilma Rousseff será anfitriã de um evento sobre a governança global na internet em São Paulo, ocasião na qual apresentará a proposta apoiada pelo Brasil de um Marco Civil Global para a rede. Para completar o evento político e reforçar o compromisso brasileiro com a neutralidade da rede e a privacidade dos internautas, o Planalto espera ter a legislação brasileira aprovada antes do anúncio do projeto.

"A oposição diz que precisa de mais tempo para discutir, mas não é essa a questão aqui. O impedimento é apenas político", avalia o senador Walter Pinheiro (PT-BA), que presidiu na tarde de

hoje uma audiência pública com a presença de representantes de empresas, advogados e especialistas em internet para falar sobre o assunto. "Não é questão de lobby das empresas ou que seja. Os representantes delas aqui também se mostraram favoráveis à aprovação do texto como está. O Marco Civil não esgota as legislações sobre a internet, e questões posteriores podem ser apresentadas na forma de novos projetos", afirma. Para o senador, seria importante permitir ao Marco Civil funcionar como está, com texto em grande parte fiel à proposta construída por meio de consultas populares desde 2009, por "um ano ou dois".

Por parte da oposição, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) encabeça a demanda para que o debate sobre o projeto se estenda por mais tempo. "A Câmara teve tempo, discutiu, analisou, alterou. O Senado não pode apenas ser chancelaria da Câmara dos Deputados ou do governo. Temos de aprofundar uma discussão sobre esse assunto", afirmou, à Agência Senado. Na base governista, no entanto, também há entraves: os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Luiz Henrique (PMDB-SC), relatores do projeto pelas comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia, ainda não apresentaram seus relatórios. O senador oposicionista Zezé Perrella (SDD-MG), da Comissão de Direitos do Consumidor, também não apresentou o relatório sobre o projeto.

"Os relatórios são importantes, mas não são essenciais para a votação. Ainda aguardo que eles a encaminhem até amanhã pela manhã, mas, mesmo que não o façam, iremos articular a votação na próxima terça-feira", indicou Pinheiro. O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), também defende que o projeto já possa ser votado. "No que depender de mim, vai. Combinei uma conversa com os líderes partidários para tentarmos votar o requerimento de urgência. É preciso que seja votado esse requerimento para que tenhamos a tramitação desta matéria", apontou, antes da constatação de que não haveria acordo para votação ainda hoje.

ESCUELA NACIONAL SINDICAL (ENS) - COLOMBIA

Memoria Histórica. Violencia antisindical en Atlántico (3º parte)

Fernando Echavarría, un sindicalista a quien las balas y las bombas no pudieron acallar

Crónica de Francisco Javier Bergaño

Rebanadas de Realidad - ENS, Medellín, 28/03/14,- Las amenazas y los atentados fueron constantes en la vida de Fernando Echavarría, sindicalista de Sintraelecol Barranquilla. Su férreo rechazo a la privatización de CORELCA en los años 80 le costó su tranquilidad personal y la de su familia, e incluso lo obligó al desarraigo durante 3 años. Si bien corrió con mejor suerte que muchos de sus compañeros asesinados, su caso es una prueba del ambiente hostil que enfrentan los sindicalistas cuando reclaman derechos laborales. Como el lector lo advertirá a lo largo de esta crónica, Fernando está vivo de milagro. Con su caso cerramos la serie de 3 informes de memoria histórica sobre la violencia antisindical en el Atlántico, en perspectiva de la reparación colectiva del movimiento sindical.

En septiembre de 1987 un sonido intenso se apoderó de las calles del municipio de Soledad, Atlántico. A Fernando Echavarría, líder sindical de la Corporación Eléctrica de la Costa Atlántica (Corelca), le pusieron una bomba en su propia casa. Su padre, quien se encontraba en la sala, recibió el impacto del explosivo y perdió casi toda su capacidad auditiva en ambos oídos.

Aunque el atentado lo tomó por sorpresa, Fernando Echavarría en ningún momento dudó de su autoría y el motivo: su destacado activismo como líder de Sintraelecol. Las autoridades no realizaron las investigaciones del caso, pero las directivas de Corelca le ofrecieron \$700 millones como indemnización por el hecho, dinero que él rehusó recibir, en coherencia con su férrea y crítica posición frente a las actuaciones de la empresa, a la que señalaba como fortín de la burocracia y la corrupción.

Fernando recuerda que desde comienzos de los años 80 empezó a concretar la idea de crear un sindicato en Corelca, que permitiera la interlocución entre los trabajadores y las directivas de la empresa, la que para entonces tenía 15 años de fundada y era de carácter público. Con ese propósito visitó uno por uno a más de 600 trabajadores, para invitarlos a firmar su afiliación al sindicato.

La organización empezó a crecer, a articularse con otras ciudades del país, y a denunciar los derechos hasta entonces negados a los trabajadores. El primer objetivo era ganar la condición de trabajadores oficiales, meta que lograron en 1987. El siguiente paso fue lograr el reajuste salarial, el pago de primas, y la creación de un fondo para vivienda. Ante la escalada de la protesta, las directivas de Corelca no dudaron en promover su militarización, y en ese contexto se produjo la detención de varios promotores de las protestas, y también despidos. En total fueron 163 los trabajadores despedidos aquel año.

Al mismo tiempo Corelca se convertía en un "botín" de favores electorales. Un gran número de personas entró a trabajar en la empresa por sus estrechas relaciones con caciques políticos regionales, en especial del Partido Liberal. Lo que llevó a la empresa a ejercer mayor vigilancia de la

actividad sindical, y para los trabajadores implicó mayor temor de afiliarse al sindicato, pues ello ponía en riesgo su permanencia en la empresa.

El sindicato gana notoriedad

Si bien Sintraelecol Corelca venía ganado fuerza, vino a alcanzar notoriedad en el ámbito local por el protagonismo que tuvo en el paro cívico realizado en 1987, que logró paralizar la prestación del servicio de energía. Esta vez la respuesta de la gerencia fue más contundente, y a partir de ese momento se tornaron frecuentes las incursiones de la Fuerza Pública. La tensión en la empresa, y en toda Barranquilla, era cada vez más fuerte.

Para ese momento Fernando Echavarría ya presidía el sindicato en toda la región Caribe, y era de su conocimiento la presencia de organizaciones paramilitares en la central de La Guajira; situación que lo obligó a tomar mayores precauciones, las cuales trasladó incluso a su ambiente familiar, al punto de tener que vivir confinado en su propia casa. Entendió que el menor descuido podía costarle la vida, no solo a él sino a su familia.

En 1991, Fernando invitó a su compañera Nora a una feria artesanal en la calle 72 de Barranquilla. Quería regalarle un poco de esparcimiento a propósito de su cumpleaños. "Cuando no toca, no toca", dice, recordando lo que sucedió en ese momento:

"Estábamos comiendo y yo me agaché para poner el vaso, cuando escuché el tiro y todo el mundo salió corriendo. El tiro, que venía para mí, rozó a Nora en la cabeza. Botó cualquier cantidad de sangre. Nunca se supo quién fue el autor del disparo ni de dónde salió", recuerda.

Si por la mente de Fernando pasó la idea de ser más discreto y reducir su protagonismo en el sindicato, el proceso que sobrevino en Corelca lo obligó a descartarla. El 29 de diciembre de 1992, mediante el Decreto 2121, se ordenó la transformación de esta empresa, que pasó de ser establecimiento público a Empresa Industrial y Comercial del Estado. Un par de años después, en 1994, la Ley 142 permitió cambiar la naturaleza jurídica de empresa oficial a Empresa de Servicios Públicos Mixta. Finalmente, la Ley 143 del mismo año, abrió las puertas a la libre competencia en el sector eléctrico, en 5 actividades: generación, transmisión, interconexión, comercialización y distribución.

Así las cosas, la privatización anunciada desde el Gobierno central como la mejor opción para ampliar la cobertura del servicio eléctrico en la Costa Atlántica, era inminente. Sintraelecol fue el gran opositor de ese proceso privatizador, pues lo consideró inconveniente para el país, y aparte de eso lesivo para la estabilidad laboral de los trabajadores. De ahí que se produjeran medidas encaminadas a reducir la participación del sindicato en el debate. La alcaldía distrital de Barranquilla y la Contraloría señalaron públicamente al sindicato de ser el responsable de la poca eficiencia de la empresa.

Otra vez lo salva la Divina Providencia

El liderazgo de Fernando Echavarría en el asunto de la privatización le costaría un nuevo atentado, en 1993, cuando caminaba con su compañera Nora por el barrio Lucero de Barranquilla. Unos metros antes de llegar a su casa, dos hombres en moto los interceptaron. Nora alcanzó a huir, pero él no pudo hacerlo, se vio en frente del revólver con el que uno de los hombres le apuntaba. Y ahí volvió a jugar a su favor la Divina Providencia:

"En el momento en que me estaban echando para atrás aparecieron dos patrullas, providencialmente. Primero pasó una moto con dos policías, y entonces ellos se quedaron quietos, pero todavía encañonándome; y como a los diez segundos pasó la otra patrulla, entonces el uno le dice al otro: hombre, esta vaina está pesada, vámonos. Y me dejaron", recuerda Fernando, quien de inmediato llamó al teléfono 123 para notificar lo sucedido y posteriormente se presentó ante la Sijin.

Tras este suceso, la decisión que tomó el Ministerio del Interior para proteger su vida, fue trasladarlo a Bogotá, donde se vinculó a la Junta Directiva de Sintraelecol en esta capital, en razón a que éste es un sindicato de industria del orden nacional. Sólo que permanecer durante tres años en la fría Bogotá, lejos de su natal Barranquilla, fue una de las peores experiencias de su vida. El desarraigo no solo lo alejó de sus tres hijos y de su madre, también le impidió continuar la relación con Nora, tanto que para verse con su familia tenía que concertar citas en otras ciudades.

Su pesadilla terminó cuando el Ministerio del Interior aceptó regresarlo a Barranquilla con un esquema de protección especial. Y ya en esta ciudad Fernando se prometió a sí mismo bajarle perfil a su protagonismo sindical para así evitar nuevas situaciones dramáticas. Promesa que en realidad no pudo cumplir, porque la cercanía de sus compañeros de trabajo y las reuniones en el sindicato reactivaron en él su vena militante, y no pudo dejar de opinar sobre los diversos asuntos y volver al activismo sindical que siempre lo caracterizó.

Para ese momento el panorama de seguridad para los dirigentes sindicales no era mejor que el que había dejado tres años atrás. Por el contrario, la privatización de Corelca se había formalizado con el Conpes 2923 de 1997, que la abrió al mercado acciones. Y aparte de eso, la central de La

Guajira estaba cada vez más asediada por el accionar de los paramilitares. Fue así como Fernando volvió a ser blanco de llamadas anónimas y cartas con amenazas contra su vida.

Esta es pues la historia de vida de Fernando Echavarría, un líder sindical a quien los atentados y las balas no pudieron acallar. Hoy, ya pensionado y retirado, reconoce que la fuerza de su activismo provino del mismo movimiento sindical, de la solidaridad de sus compañeros y de la justeza de la causa que todos, con él a la cabeza, en su momento defendieron.

Organizado por Ernesto Germano